

A DIMENSÃO EVOLUCIONÁRIA DO PENSAMENTO DE HAYEK: SELEÇÃO CULTURAL E ORDEM ESPONTÂNEA

Lorrana de Oliveira Buzzo (UNICAMP)

Resumo: Este trabalho, que é parte da iniciação científica em andamento orientada por Eduardo Mariutti e financiada pelo CNPQ, dedica-se a definir o conceito evolucionista, trazendo seus aspectos gerais, sua oposição a “Age of Reason” e algumas das perspectivas que assumiu ao longo da história, mas com enfoque constante na visão hayekiana. A partir desse conceito e da oposição clássica entre Taxis e Cosmos, a visão evolucionista adquire um caráter espontâneo a partir da seleção cultural na constituição de uma ordem, especificamente da ordem que emerge com a “*Great Society*”, em termos smithianos, pós-século XVIII. Tal análise considerará que enquanto sistema, a sociedade é complexa e, portanto, apresenta uma inerente incerteza com relação ao devir. Abordam-se ainda aspectos gerais sobre a formação de seu pensamento e as consequências disso e do contexto do autor em suas obras. São tratados alguns desdobramentos da ordem espontânea no Estado e no papel da razão, com vista aos seus limites e por fim, é apresentada uma crítica que em parte complementa e em parte torna menos generalizantes algumas afirmações do autor.

Palavras-chaves: Friedrich Hayek, evolucionismo, ordem espontânea, seleção cultural, sistema complexo e incerteza.

Abstract: This work, which is part of the ongoing scientific initiation oriented by Eduardo Mariutti and financed by the CNPQ, it is dedicated to defining the evolutionist concept, bringing its general aspects, its opposition to the "Age of Reason" and some of the perspectives that it has assumed throughout History, but with a constant focus on the Hayekian vision. From this concept and the classic opposition between Taxis and Cosmos, the evolutionist view acquires a spontaneous character from the cultural selection in the constitution of an order, specifically of the order that emerges with the Great Society, Smithian terms, post-century terms XVIII. Such an analysis will consider that as a system, society is complex and therefore presents an inherent uncertainty about its become. General aspects about the formation of his thought and its further consequences, as well of the context of the author in his works are also discussed. Some unfolding of the spontaneous order in the State and in the role of reason with regard to its limits are treated, and finally, it presents a critique that partly complements and partly helps some of the author's statements to become less general.

Keywords: Friedrich Hayek, evolutionism, spontaneous order, cultural selection, complex system and uncertainty.

ARTIGO PARA A SESSÃO DE COMUNICAÇÕES DO XXII ENEP

ÁREA 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico
Sub-área 1.2. História do Pensamento do Econômico

A DIMENSÃO EVOLUCIONÁRIA DO PENSAMENTO DE HAYEK: SELEÇÃO CULTURAL E ORDEM ESPONTÂNEA

Introdução

Para compreender a lógica do pensamento de Hayek (1899-1992) - ganhador do Nobel de economia de 1974 e pertencente a escola austríaca – é necessário que se conheça as bases ideológicas mais gerais de seu pensamento, como o fato de ele mesmo não se considerar um conservador, nem um liberal em determinado sentido (como pode ser visto em seu texto *Why I am not a conservative?*), mas um *Whig* da velha guarda, termo que tem origem escocesa e deriva de whigg, que durante o século XVII, na Escócia, designava um tipo de leite amargo ou soro do leite que era parte da alimentação da parte pobre ou indigente da população. Enquanto do outro lado da dicotomia política, encontrava-se o partido de tendência conservadora, *Tory*, cuja denominação possuía origem irlandesa.

O *whiggismo* foi o fundamento do sistema americano de governo e esteve nele representado, de forma mais pura, por James Madison, quarto presidente dos Estados Unidos (1809-1817) e pai da constituição americana e também da tradição que é comum aos países anglo-saxônicos. Foi um dos poucos conjuntos de ideias que sempre se opôs a todo poder arbitrário e que foi levado para os Estados Unidos pelos colonos após a Revolução Gloriosa de 1688, onde seus adeptos eram chamados “constitucionais”.

Ao assumir a posição de um partido cuja existência se deu entre os séculos XVII e XIX no Reino Unido, Hayek supostamente se afasta do liberalismo inglês dos utilitaristas, que possuía muitas ideias do iluminista Jeremy Bentham, e do liberalismo racionalista do continente europeu – que, para ele, não difere do conservadorismo – pois este teve seu sentido alterado pelas ideias oriundas da revolução francesa com sua democracia totalitária e suas inclinações socialistas.

Como pode ser sintetizado de seu livro *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944, todas as formas de coletivismo, incluindo o socialismo, o fascismo e a social-democracia, levariam a supressão da liberdade, além disso, a possibilidade do cálculo econômico racional seria negada ou inviabilizada em uma sociedade sem mercado nem propriedade privada.

Nesse sentido von Mises, para quem a moeda surge de forma espontânea, afirmaria que sem um mecanismo de preço, o cálculo econômico não é possível e que não há preço sem um mercado livre, assim os agentes só poderiam estabelecer preços, fazer transações e alcançar a estabilidade, em um mercado que não fosse controlado por um poder como o do Estado e dessa forma, nada disso seria possível sob um planejamento central socialista.

É convergente com essa visão a de Polanyi (2000) para quem uma economia de mercado é obrigatoriamente dirigida pelos preços do mercado, o que só passou a ocorrer nas sociedades pós Revolução Industrial, pois antes como a economia era parte da sociedade, não haveria propensão para buscar exclusivamente o lucro, mas também uma preocupação social com a situação de todos os membros do grupo e por isso não pareceria correto falar em propensão natural à barganha, como fazia Adam Smith, apesar dos mercados existirem, como reconhece Polanyi, desde as economias primitivas.

As trocas entre as sociedades teriam começado através principalmente da guerra e da pirataria, mas teria evoluído para o mercado, uma forma mais pacífica de adquirir bens em vários casos. Com o desenvolvimento da sociedade de mercado, houve uma inversão e ao invés da economia estar inserida nas relações sociais, essas é que passaram a estar inseridas na economia.

A ideia de cálculo foi muito bem desenvolvida por Benjamin Constant na seguinte passagem: "a guerra é anterior ao comércio; porque a guerra e o comércio não são senão dois meios diferentes de se atingir o mesmo fim: o de possuir o que se deseja. O comércio não é senão uma homenagem prestada à força do possuidor pelo que aspira à posse. É uma tentativa para se obter gradualmente o que já não se espera conquistar pela violência", de maneira sintética: "a guerra é o impulso e o comércio é o cálculo" e a isto se soma ainda a tensão entre paixão e interesse típica do século XVIII e a ainda mais capciosa tensão entre sentimento e razão, que deu a tônica do século XIX.

Dito isso, é importante destacar as características da dimensão evolucionária do pensamento de Hayek, a partir do contexto em que o autor estava inserido, as Guerras Mundiais, a crise de 1929 e a Guerra Fria, e dos problemas que percebia em sua sociedade, a americana. Concomitantemente ocorria o debate com John M. Keynes, com relação a presença e a postura do Estado na economia, Perry Anderson mostra esse embate e a ascensão do neoliberalismo, como reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social após a publicação do caminho da servidão de Hayek, em seu "Balanço do Neoliberalismo".

Apesar disso, as ideias neoliberais só ganharam espaço na década de 1970, com os golpes ditatoriais. A esse respeito Eric Hobsbawm escreve, em 1995, sobre o *gap* de três décadas que trilhava a "Estrada da Servidão" entre essas ideias e sua real aplicação.

Segundo ele, o evolucionismo emerge frente ao embate do século XVIII, entre o antropomorfismo do pensamento primitivo e a ingênua visão da filosofia racionalista, que resultou na definição de seleção cultural e ordem espontânea como elementos primordiais de sua tese.

Por "ordem" Hayek descreve um conjunto de inúmeros eventos particulares que não podem ser compreendidos em sua totalidade e que diante de determinada percepção espacial e/ou temporal, permitem formar expectativas espaciais e/ou temporais. Essa definição converge com a de J. Ortega Y Gasset "ordem não é uma pressão exercida sobre a sociedade de fora para dentro, mas um equilíbrio gerado em seu interior" (ORTEGA Y GASSET apud HAYEK, 1983).

Assim, a partir de uma diferenciação de dois tipos de ordem com base nos conceitos gregos clássicos de Taxis e Cosmos, o autor explicita a preponderância da segunda sobre a primeira (HAYEK, 1998), demonstra como tal ordem, a sociedade e a própria razão, são produtos da seleção cultural e ao assumir essa posição criticará a *Age of Reason*, período iniciado no século XVII que marca o início da filosofia moderna, e os *constructivistics* - termo por ele preferido a *constructivist* (HAYEK, 1990).

Pode-se somar a isso o seu contínuo esforço em negar a possibilidade do socialismo, como pode ser visto no trecho "the rationalistic individualism always tend to develop into the opposite of individualism, namely, socialism or collectivism" (HAYEK, 1948, p.4).

Esse embate, provavelmente, só faz sentido nesse momento histórico específico, surgido após a Revolução Industrial e a divisão do trabalho – que levou necessariamente a divisão do conhecimento – tal momento foi denominado por Adam Smith como “*Great Society*”, a partir do tipo de sociedade que emergiu. Dentro dela e de seu contexto, para falar da ordem que irá emergir pode-se lembrar da liquidez de Zygmunt Bauman, uma vez que o resultado final, ou seja, o que será selecionado evolutivamente dependerá das condições iniciais, da flexibilidade e da pluralidade dos resultados que não possuirão forma fixa, estando sempre sujeitos ao espaço a que, enquanto líquidos, forem submetidos, os sujeitos sociais e suas interações (SARTORI, 2008).

Diante disso, da incerteza e limitação permanente da capacidade de percepção humana inerentes, da alienação (necessária) – que torna o pensamento da maioria dos indivíduos que fazem parte dessa sociedade condicionados a forma de pensar “se...então...” – e, especialização crescentes, Hayek não aceita as exigências e explicações construtivistas como as de Descartes e seus seguidores, pois se torna uma ilusão acreditar que as instituições estão sendo criadas intencional e conscientemente.

Entre essas instituições estão a língua e a moral que são resultados de um processo evolucionário imprevisível e indefinido, convergente com a ideia de “mão invisível”. De acordo com Hüseyn Özel, do expressivismo alemão como Nietzsche, as instituições são realizações de expressões sociais.

Assim, inscrito na *great society*, ele vai identificar a razão cognitiva a instrumental para argumentar que os agentes econômicos e sociais não têm porque não se contentar com o conhecimento aparente. Eles só precisam de uma razão prática fundada em “senso comum” para que mantenham a ordem vigente e reproduzam o sistema.

Entretanto, também não faz sentido criar possibilidades contrafactuais de estruturas sociais possíveis e imaginadas, pois a real foi a selecionada durante o processo evolutivo que é espontâneo e possui três elementos básicos: criação da variabilidade, seleção e herança, como será explicado adiante, e que dependeu das necessidades de sobrevivência e da viabilidade da ordem que estava sendo engendrada, em determinado momento histórico e com determinado conjunto de regras.

Assim, segundo Hayek, a ordem Cosmos é espontânea e abstrata, ou seja, não foi deliberadamente pensada, nem possui um propósito concreto; partindo do princípio que “propósito” é definido por ações que tentam conscientemente assegurar a preservação ou restauração de uma ordem. Diante disso, torna-se suficiente que os elementos a ela sujeitos apenas se comportem com certa regularidade, visando sua manutenção, seguindo regras de conduta gerais que apenas criam condições contextuais, que não são e não precisam ser conhecidas pelos indivíduos para que eles as sigam, deixando certo espaço de decisão para o indivíduo utilizar seu conhecimento concreto, e que muitas vezes lhe é exclusivo, das circunstâncias de tempo e lugar. A ordem resulta destas interações (HAYEK, 1983).

Além disso, diante de ajustes por vezes necessários, devido às circunstâncias e à divisão do conhecimento por um grande número de indivíduos, não se faz possível a centralização de um sistema para a tomada de decisões, o que resulta em uma “ordem policêntrica”, originada por um processo de formação espontânea – definida por ele como uma ordem que permite aos indivíduos, por sua livre iniciativa, interagir estando todos sujeitos igualmente as mesmas leis.

No entanto, apenas certos tipos de regularidade de conduta individual podem levar esse padrão para o todo, e o critério é a seleção dos comportamentos individuais intencionais de escopo limitado e que visam algum propósito individual, seja ele egoísta ou altruísta, mais eficazes para o grupo como um todo. Essa seleção, em grande medida involuntária e inconsciente, formará uma herança cultural geracional e se reproduzirá através do aprendizado, da imitação e da observação, mas será incapaz dentro da *Great Society* de gerar uma sociedade heterogênea ou plural, pois seu nexos fundamental é a acumulação.

Esse processo não foi aceito pelo construtivismo cartesiano, ele atribuía tais regras a uma divindade onisciente, renovando a propensão para atribuir todas as instituições sociais à razão humana agindo de maneira deliberada e consciente. O desdobramento desses “erros do construtivismo” para Hayek serão: falsas conclusões, diversos erros científicos e uma possível destruição da sociedade como é conhecida.

Contexto histórico do evolucionismo

Partindo do princípio de que para contextualizar o conceito de evolução precisamos analisar o contexto dos seus princípios fundamentais – seleção cultural e ordem espontânea, vamos começar pelo surgimento da noção de espontaneidade da ordem. Sabe-se que suas raízes remontam a Grécia Clássica, mais especificamente, segundo Carl Sagan, aos jônios. Estes teriam sido os primeiros a pensar sistematicamente um tipo espontâneo de formação da ordem – através da Natureza – e não mais de maneira deliberada pela vontade de deuses. No entanto, entre os séculos XVI e XVII, a partir de uma nova lei racionalista da natureza, Grotius e seus sucessores se distanciaram dessa abordagem, cujo retorno só ocorreria com David Hume ao elaborar uma teoria de crescimento de formações sociais que seria desenvolvida no campo econômico pelos iluministas escoceses Adam Smith e Adam Ferguson em uma teoria cujo resultado dar-se-ia através da ação humana (*human action*), mas não da ação consciente humana (*human design*).

Essa discussão também já havia sido introduzida pelos sofistas gregos, através da falsa dicotomia entre os termos natural (*physei* – por natureza) e artificial (*nomos* – por convenção ou *thesei* – por decisão deliberada), como se tudo que é espontâneo fosse natural e aquilo que é produto da mente fosse artificial, o que não é necessariamente verdade, diversas decisões humanas são naturais no sentido de satisfazer sua sobrevivência e há exemplos de evolução espontânea como os sistemas que não tem nada a ver com natureza, mas com sociedade.

“This faulty dichotomy of “natural” and “artificial,” just as the similar and related dichotomy of “sentiment” and “reason,” is highly responsible for the unfortunate neglect of the exosomatic process of cultural evolution, which produces moral traditions that, in turn, determined the emergence of civilization. The true alternative to sentiment is not reason, but the adherence to traditional rules, which are not the result of reason. The development of a tradition of rules of conduct for the difference between instinct and reason is a peculiar process, which never received appropriate attention because it was erroneously regarded as a product of reason.” (HAYEK, 1998)

Com isso, além dos problemas gerados pela falsa dicotomia, o uso de dois termos para a segunda parcela da oposição só fez aumentar a confusão. Até que no século XVIII, Bernard Mandeville e Hume fizeram a separação entre *nomos* e *theses* que resultou no que Ferguson identificou como uma terceira classe de fenômenos distintos: aqueles que seriam resultado da ação humana, mas não conscientemente, isto é, não do design humano (HAYEK, 1998).

Para a teoria política é a obra de Edmund Burke que avança neste sentido, apesar de não desenvolver o tema de forma sistemática. Então, ocorrerá um novo retrocesso devido ao aparecimento do construtivismo utilitarista influenciado por Bentham, enquanto na Alemanha, depois de Smith e Ferguson, o desenvolvimento da abordagem evolucionista nos fenômenos sociais continuava através de Wilhelm Von Humboldt – que dá os primeiros passos do pensamento liberal na Alemanha com seu livro “Limites da Ação do Estado” – e F. C. Von Savigny – um dos mais influentes juristas e desenvolvedor de teorias sobre a posse – cujo seguidor, Henry Maine, levará essa abordagem para a tradição inglesa, onde, no final do século XIX a escola austríaca de economia, tendo por centro na época Carl Menger, utilizar-se-á dela como método para compreender a formação espontânea das instituições (HAYEK, 1998).

A antropologia do século XIX marcada pela discussão evolucionista, após Darwin publicar sua teoria, privilegiou o Darwinismo Social, permitindo aos indivíduos da época, desenvolver etnocentrismos em meio a um contexto neocolonialista que visava à satisfação de interesses econômicos imperialistas. Dentre essas visões evolucionistas havia também a de Herbert Spencer com uma concepção naturalista, August Comte com uma concepção mais idealista que pode ser vista na lei dos três estados e P. Sztompka que identifica em “A sociologia da mudança social” onze características do núcleo comum da teoria evolucionista entre as quais a analogia orgânica para a compreensão da sociedade e a mudança como característica espontânea e cumulativa.

The error of 'Social Darwinism' was that it concentrated on the selection of individuals rather than on that of institutions and practices, and on the selection of innate rather than on culturally transmitted capacities of the individuals. (HAYEK, 1998, p. 23)

Para tratar da análise de seleção cultural, é necessário começar por suas diferenças em relação à seleção natural, pois automaticamente, ao se falar de seleção é o que vem a mente. O processo darwinista das ciências naturais seleciona indivíduos através da seleção genética a partir da reprodução dos que sobrevivem a diversos fatores, assim suas características genéticas seriam passadas para seus descendentes. Porém, quando tratamos de uma sociedade, isso deixa de fazer sentido, pois a seleção que ocorre é cultural, ou seja, diz respeito a hábitos, comportamentos e regras individuais de conduta, gerados e transmitidos pela herança, cuja variabilidade advém das interações humanas que dependerão do contexto e de elementos tácitos particulares de cada indivíduo, assim, tão seleção, parece muito mais lamarckista, pois trata da seleção de comportamentos adquiridos durante a vida (PRADO, 2008).

No início do século XX, surge a antropologia difusionista, em reação ao Darwinismo Social, com a ideia de unidade da espécie humana pensada por E. B. Tylor e Adolf Bastian. Próximo da metade desse século, Claude Lévi-Strauss desenvolve a teoria da antropologia

estrutural através de uma nova tentativa de síntese por uma aproximação entre as ciências sociais e naturais; também nesse período surgem as teorias da complexidade e do caos que aparecem de maneira incipiente em Adorno, Horkheimer, Lukács e na Escola de Frankfurt.

Outro equívoco com relação à teoria da evolução é a crença de que ela consiste em “leis de evolução”, mas isso não é verdade na medida em que a capacidade racional é limitada e não consegue compreender os fatos em sua totalidade para ser capaz de fazer previsões sobre o futuro, nem para assumir a função de uma ciência prescritiva da ética, tal teoria apenas descreve um processo.

A partir da citação pode-se observar sua discordância com relação ao essencialismo, defendida desde Aristóteles até o século XIX e uma negação de qualquer teleologia do progresso, os fenômenos são espontâneos e mesmo o acaso acaba tendo um papel importante em suas concretizações. Além de espontâneos (*grown*), são complexos.

Negando essa teleologia, evitaria assim cair naquilo que Mary Midgley (1985) chamou de “mito da escada rolante”, no qual toda mudança, tanto biológica quanto tecnológica, é também moral e destinaria a humanidade inexoravelmente ao progresso.

Cosmos enquanto sistema complexo

Preliminarmente, uma diferenciação deve ser feita entre: processo complexo e complicado. Em um processo complexo, segundo Paulo Granjo, a interação entre fatores e variáveis altera não apenas o quadro de interações futuras, mas também os próprios fatores e variáveis, o que torna a afetar as dinâmicas de interações futuras, ou seja, complexo é aquilo que se transforma e que produz a si mesmo, ou ainda segundo Mitchell Waldrop e de maneira mais simples e objetiva, em um processo complexo as relações são não-lineares. Já em um processo complicado não existe propriamente incerteza e sim, desconhecimento, onde apesar do elevado número de variáveis, há uma relação linear entre elas, tornando tais interações, em grande parte, previsíveis.

Essa relação não-linear com relação aos indivíduos fica mais clara ao se perceber que a humanidade ao transformar a natureza, transforma a si própria, produzindo novas ações perante o mundo, elaborando uma nova cultura e percepção daquilo que ela mesma é. (LUCENA et al, 2010).

Segundo Kauffman, ao nível da complexidade acima da atômica, o universo se encontra em uma trajetória que nunca se repete (não-ergódica), onde o destino final do processo é completamente aleatório, há um número incontável de destinos finais e todos são únicos. É sabido que o reducionismo também não é suficiente para apreender um sistema complexo, o que torna necessário o desenvolvimento de uma nova ciência fundada possivelmente em uma ontologia relacional, pois os objetos possuem nexos internos e externos e, emergentista, porque a complexidade é crescente. Por isso, são incognoscíveis em sua totalidade e só é possível compreendê-los parcialmente.

Diante disso, evidentemente, todo fenômeno social é complexo e para analisar dinâmicas sociais, conforme já havia postulado Levi-Strauss que o foco não deve ser as variáveis, mas as interações deve-se somar a isso uma abordagem sistêmica, partindo da definição de “sistema” de que se trata de partes inseparáveis e irreduzíveis, ou seja, é uma

visão monista, as partes estão interna e externamente relacionadas e, os indivíduos são ativos na formação da ordem.

Aproximadamente em 1880 o físico e matemático Henri Poincaré estava estudando a impossibilidade de problemas relacionados à impossibilidade de resolução de equações não-lineares, descobrindo que não havia uma ordem regular e harmônica, mas sim caos e movimentos aleatórios, não condizentes com a mecânica clássica.

Assim, tirando o caráter determinístico, pode-se a partir da teoria do caos, observar esse sistema sociológico na tentativa de apreender sua totalidade dinâmica, que segundo Franz Brüseke, foi prejudicada tanto pelo “mainstream” do pensamento marxista-partidário quanto pelo positivismo.

Sendo um sistema e sendo complexo, por estar sujeito a incerteza poderia incorrer em “desordem” se essa for entendida como informação faltante ou grau de aleatoriedade poderá ser medida pela noção de entropia introduzida em 1948 por Claude Shannon (pai da teoria da informação), onde quanto mais incerto é o resultado de um experimento aleatório, maior será a informação obtida ao observar sua ocorrência ou ainda, conforme seu contemporâneo Norbert Wiener, a quantidade de informação em um sistema é a medida de seu grau de organização, possibilitando uma auto-organização mais eficiente e onde a imprevisibilidade for total é porque não há informação.

Hayek em seus dois artigos, *Economics and Knowledge* (1937) e *The Use of Knowledge in Society* (1945) argumenta que nenhum planejador central seria capaz de ter informação suficiente para decidir o que é melhor para a sociedade como um todo, porque, o conceito de equilíbrio geral é tão abrangente quanto improvável e se torna assim, vazio.

Essa teoria remete a “espiral do silêncio”, proposta em 1977 pela cientista alemã Elisabeth Noelle-Neumann, cuja ideia central é que os indivíduos omitem sua opinião quando elas parecem ser conflitantes com a opinião dominante devido ao medo do isolamento, tal comportamento gera uma espiral por causa desse ônus social que Bauman já havia tratado ao criticar a visão ingênua de que a construção de identidades é algo sempre bom, por causa do sentido de pertencimento que pode realçar a demarcação de diferenças, gerando intolerâncias de diversos tipos, como a criação do “lixo humano” – um novo grupo de pessoas rejeitadas (BAUMAN, 2005, p.47). Pode-se citar também Baudrillard que identifica dois grupos: um de pertença, que usa o objeto como que por direito adquirido, e o de referência, que olha para o primeiro grupo e tenta se assemelhar ou diferenciar, promovendo daí um jogo de distinção e conformidade. (GAMBARO, 2012)

Diante do exposto acima, observa-se de maneira mais explícita o funcionamento da seleção cultural “hoje”, com novos conceitos e com percepções mais acuradas, por exemplo, no texto do Daniel com relação ao consumo e a questão de pertencimento aos grupos. Além disso, a ideia da espiral do silêncio pode contribuir com a ideia de “era do consenso” que tem se constituído a partir do trabalho de diversos pesquisadores e jornalistas como George Monbiot.

Estado, Ordem e Razão

Assumindo uma aparente postura antirracionalista, ele se posiciona contra o racionalismo ingênuo dos construtivistas cartesianos – nos termos de Karl Popper.

[...] a razão não é onipotente e que a ideia de que ela pode dominar a si mesma e controlar sua própria evolução pode destruí-la. Tentamos exatamente defender a razão do abuso contra ela praticado por aqueles que não entendem as condições de seu funcionamento eficaz e evolução constante. É um apelo aos homens para que entendam que precisamos usar nossa razão de maneira inteligente e que, para fazê-lo, precisamos preservar a indispensável matriz da espontaneidade e da não-racionalidade, a única condição na qual a razão pode evoluir e atuar com eficiência. (HAYEK, 1983, p.75)

A partir disso, pode-se ver que para Hayek aquilo que é gerado espontaneamente é quase sempre melhor do que aquilo que as sabedorias individuais e coletiva podem planejar e, nesse ponto ele assume uma postura anti-democrática ao enfatizar que não é nas decisões da maioria que se pode encontrar uma sabedoria superior e que elas diferem radicalmente do processo de livre evolução que gera e seleciona instituições e costumes. Além de tais decisões tenderem a não produzir resultados gerais desejados, possuem um caráter coercitivo, monopólico e exclusivista, que destroem as forças autorreguladoras, de onde ele vai defender a posição do livre mercado e da limitação de esfera de ação do Estado (*government*).

Esse é visto como uma organização, portanto seria um tipo de *Taxis Order* – *made*, que invariavelmente servem ao propósito do “*maker*” – e, teria como funções apenas aquilo que a ordem espontânea não conseguiria, pelo menos até atingir certos requisitos mínimos, (Hayek, 1998) fornecer: a função coercitiva e a de serviço para administrar os recursos. Enquanto organização possuiria regras particulares e concretas.

Uma ordem do tipo *Taxis*, ou seja, produzida por arranjos, permite um poder de influencia maior, requer regras para regulação diferentes das que a *Cosmos* requer e teve seus aspectos bastante difundidos especialmente na “*organization theory*”, como consequência natural da descoberta do poder do intelecto humano e da atitude geral do racionalismo construtivista. Por seu desenvolvimento ser um dos resultados do construtivismo, a negligência de seus limites é um de seus defeitos mais sérios. A ordem mais compreensível das funções da organização baseia-se em adaptações do imprevisível e a única possibilidade de transcender a capacidade da mente individual é confiar em forças auto-organizáveis de uma supra-consciência que criam ordens espontâneas.

Desde o começo do século XIX os termos “organismo” e “organização” têm sido utilizados para contrastar dois tipos de ordem e por muito tempo o organismo biológico foi o único tipo de ordem espontânea familiar e a partir de analogias trazidas das ciências naturais para as humanas, além da apropriação de diversos termos, como no caso de Quesnay para quem “a circulação de riqueza e bens na economia era como a circulação do sangue no corpo”, foram-se gerando complicações e confusões até que se começou a perceber as peculiaridades de cada ramo do conhecimento, pois em organismos os elementos possuem posições fixas que se mantêm, são ordens concretas enquanto os ordenamentos sociais são mais abstratos e apenas podem ser percebidos pela mente.

Além disso, a interpretação da sociedade como um organismo foi muito usada para justificar hierarquia e autoritarismo, em Roma isso foi utilizado para justificar privilégios e para garantir lugares fixos a determinadas funções políticas. Em contrapartida, o termo organização conseguiu espaço após a Revolução Francesa e Kant se servir dele de maneira apropriada para falar do corpo inteiro do Estado.

[...] Pois cada membro deve certamente em um tal todo não ser apenas meio, mas amo mesmo tempo fim e, enquanto colabora para a possibilidade do todo deve por sua vez, no que concerne seu lugar e sua função, ser determinado pela ideia do todo. (Hannah Arendt apud Ricardo R. Terra, 1989)

Aprofundando a questão da intervenção estatal, mas tratando agora dos países menos desenvolvidos, ao reconhecer o problema de se copiar padrões de países onde a estrutura entre capital e trabalho é completamente diferente, afirma que o planejamento e o controle de toda a atividade econômica serão ainda mais desaconselháveis e que somente a evolução espontânea poderia desenvolver de maneira genuína e viável, possível de contribuir com as necessidades da humanidade.

Sendo um liberal, afirma ainda que o mais urgente e necessário é a completa eliminação dos possíveis obstáculos à essa evolução, como a necessidade de profundas reformas na política de governo. Haja visto que, o temor de confiar em forças sociais imprevisíveis – característico do conservadorismo – está assentado em duas características: a paixão pelo poder e a falta de compreensão das forças econômicas. Assim, um conservador não irá se opor à coerção e ao poder arbitrário, desde que utilizados para os fins e para proteção do status que ele considerar válidos (HAYEK, 1983).

Diante da insegurança em relação ao obscurantismo do devir, a postura conservadora apresentará hostilidade em relação ao internacionalismo – frequentemente associado ao imperialismo – e uma tendência a um nacionalismo exagerado, gerando uma aproximação ao coletivismo e em seguida ao socialismo.

Hayek ressalta ainda que não se pode melhorar o resultado esperado a partir de comandos específicos que privem os membros de utilizar seu conhecimento individual para perseguir os seus propósitos e que é impossível um tipo de ordem ser substituído por outro, ambos vão coexistir em diferentes graus em todas as sociedades.

Nessa perspectiva, o homem é tanto um animal seguidor de regras (*rule-following*), quanto alguém que busca um propósito (*purpose-seeking*), e ele será bem sucedido na medida em que seu pensamento e ação tiverem sido produzidos pelo processo de evolução da sociedade em que está inserido, por conta das expectativas em relação às regras de conduta selecionadas, às quais o completo abandono de valores tradicionais é absolutamente impossível, pois isso só poderia significar um retorno aos valores instintivos que são irreconciliáveis com os requisitos da sociedade, de modo que se desenvolveu a “*just conduct*”, e é nesse campo que a razão deve atuar, limitando-os.

A definição de razão para John Locke converge com isso ao afirmar que ela define certos princípios de ação que farão florescer as virtudes e o que mais for necessário para a formação de uma moral, ou seja, pode-se ver aqui entre a razão e o instinto o campo da moral.

Já para Max Weber apud Hayek (1983), essa necessidade de proteção contra interferências imprevisíveis só é esperada em uma sociedade livre baseada na divisão do trabalho como peculiaridade da face burguesa da sociedade capitalista, mas segundo Hayek, tal proteção é a condição essencial da liberdade individual, e garanti-la é a principal função da lei.

Diferentemente do que vários economistas austríacos afirmavam, Hayek admitia a possibilidade de monopólios e pode ser por isso que afirmou em um evidente distanciamento em relação ao liberalismo clássico que nada pode ter sido mais prejudicial à causa liberal que

o laissez-faire e diante disso, como a função do Estado é garantir a liberdade individual, ele deveria impedir a formação de monopólios.

Nesse aspecto, faz-se necessário ressaltar a diferença básica entre lei e ordens. A ordem ideal determina unilateralmente a ação individual, conforme os interesses de quem a formulou. Por outro lado, a lei ideal oferece apenas uma informação adicional que o indivíduo deve levar em conta durante o seu processo de decisão, e isso pode levar à questão da lei no sentido moderno como algo abstrato em contraposição às normas de conduta de uma sociedade primitiva que são relativamente concretas. Há ainda as leis no sentido “formal”, essas emanam do Poder Legislativo e são o principal instrumento de opressão, enquanto aquelas abstratas são o que poderia libertar os indivíduos.

As palavras de Montesquieu em *De l'Esprit des lois* são consonantes com esse pensamento “Intelligent beings may have laws of their own making; but they also have some which they never made.” (Montesquieu apud Hayek, 1998).

A concepção de liberdade dentro da lei, conforme explicado acima, diz respeito a não se estar submetido a vontade de outrem e, portanto, se é livre, na medida em que são as leis que governam e não os homens, assim ela não pode ser arbitrária, pois ela é o que realmente se contrapõe a uma sociedade fundada no *status* e neste tipo de sociedade é característica a existência de classes de indivíduos que possuem privilégios – cuja origem latina explicita seu caráter discricionário, pois *leges* é lei. Percebe-se que, quando a distinção é apoiada apenas por membros do grupo, tem-se um privilégio e, quando é apoiada apenas por aqueles que estão fora do grupo, tem-se a discriminação, e, eles vão sempre existir concomitantemente, em parcelas opostas da sociedade, mesmo em uma baseada em contratos, estrutura esta que se opõe a de uma sociedade baseada em *status*, segundo Hayek.

A partir da noção de liberdade exposta, pode-se remeter à definição de ser governado em uma sociedade livre – o que já excluiria a possibilidade de submeter os indivíduos à vontade de outro indivíduo –, fazer observar normas gerais, estabelecidas independentemente de casos específicos e igualmente aplicáveis a todos. Por isso, o fundamental é o caráter geral e não discricionário de uma norma geral, assim o cerceamento da liberdade individual será quase inexistente e, desse modo, a finalidade da lei é permitir ao indivíduo agir baseado em seu conhecimento, pois ela já incorporou o conhecimento e os resultados das experiências passadas utilizados sempre que o homem age em conformidade com essas normas e, dentro dessas normas comuns, observa-se que a colaboração dos indivíduos se funda em uma divisão do conhecimento.

Quanto à atividade privada na qual pode empregar seu capital e cujo produto provavelmente será do maior valor, cada indivíduo evidentemente pode, na sua situação particular, julgar muito melhor do que qualquer governante ou legislador em seu lugar. (SMITH apud HAYEK, 1998)

Críticas e complementações

A ideia maniqueísta sobre o surgimento das instituições apesar de didática parece ser uma representação ou interpretação simplificada da realidade, como foi muito bem observado por Prado (2008) “sensato seria afirmar que algumas instituições são espontâneas, algumas

são deliberadas e algumas – a maioria certamente – não podem ser ditas nem espontâneas nem deliberadas em sentido estrito”.

Com relação a esse aspecto, Hayek apenas parece reconhecer que os dois tipos de ordem (Taxis e Cosmos) vão sempre existir em toda sociedade com qualquer grau de complexidade, o que não significa, entretanto, que será possível combiná-los da maneira como se quiser. Mas essa afirmação ainda fica muito aquém e distante da questão do surgimento das instituições.

Além disso, as instituições nunca são inteiramente desconhecidas e nem completamente transparentes, porém no que diz respeito a evolução histórica que abriria espaço para a volição e consciência humana, dentro da perspectiva da *Great Society*, Hayek parece correto ao falar de alienação. É perceptível o quanto a maior parte da pirâmide é cega ou manipulada, seja pela mídia, pelo Estado numa perspectiva *orwelliana* ou pelo sistema capitalista que desenvolve e naturaliza necessidades consumíveis antes inexistentes.

Com relação à seleção cultural, parece advir de uma concepção bastante privilegiada de quem está em um país desenvolvido falar que o que foi selecionado ao longo da história foram os padrões de comportamento individuais mais benéficos para o grupo. Basta lembrar-se das conquistas de diferentes povos que destruíam diversas produções culturais e de registro, dos mil anos de escuridão, onde o conhecimento era proibido e muitos livros foram escondidos e destruídos, dos genocídios, da escravidão, do imperialismo, da homogeneização cultural americana pós-Segunda Guerra Mundial por meio da mimetização dos padrões de consumo, a Revolução Cultural de 1966 ocorrida na China, além de muitos outros exemplos, como pode ser visto nos seguintes trechos do artigo publicado Conhecimento Proibido:

Espinosa, ao publicar, por exemplo, o seu *Tractatus Theologicus-Politicus*, em 1650, teve a sua obra denunciada pela Igreja Católica Romana, como “forjada no inferno por um judeu renegado e pelo diabo” (Apud MANGUEL, 1997, p. 316). No século XX, Stálin mandou fuzilar escritores e censurou livros e obras de artes em nome dos ideais socialistas. Em uma só noite, em Berlim, diante das câmeras, os nazistas, tendo à frente Joseph Goebbels, levaram cerca de 20 mil livros à fogueira em 1933, para uma multidão entusiasmada de mais de 100 mil pessoas. Entre os autores que tiveram obras queimadas encontravam-se Freud, Steinbeck, Marx, Zola, Hemingway, Einstein, Proust, H.G. Wells, Thomas Mann, Jack London, Bertold Brecht. (Costa e Germano, 2012)

Como o sistema está dado para o proletariado, que para viver precisa aceitar ser explorado e assim não vive plenamente, de maneira contraditória e irracional cria numa concepção dialética, a necessidade de sua superação, abrindo inclusive espaço para o socialismo (PRADO, 2008). Apesar disso, é evidente que todos os indivíduos do sistema não podem tomar consciência da ordem instaurada, pois ela não se manteria e isso tornaria necessária a ascensão de um sistema alternativo.

Diante disso, parece se tornar menos válido falar em ordem espontânea em um contexto capitalista onde todos os mecanismos, nexos, volições e ações parecem estar voltados para a sua lógica e a sua reprodução. É consonante com essa ideia a de Polanyi, para quem a sociedade comercial moderna não surgiu de um processo evolucionário, mas de uma imposição consciente das classes mais ricas.

É Importante ressaltar que apesar das contradições, Hayek não acolhe a dialética – o que é também visto no texto “Será Hayek um dialético?” de Leda Paulani. Isso requereria que ele identificasse uma possibilidade (e uma necessidade) real de transformação, caracterizando assim uma crítica do existente naquilo que ele é e em como ele é pensado. Mas em momento nenhum ele faz isso, seus textos parecem apenas descrever, com muito esmero, como a ordem se constitui, quais seus componentes evolucionários e como eles agem.

Apesar de a great society prever e lidar com indivíduos conformados possuidores apenas de uma razão prática, não se pode negar a existência de grupos “dissidentes” que conseguem enxergar o todo e que, as vezes, tentam influenciar outros no sentido de uma possível transformação. Mas o que se tem observado é que tal ordem tem se fortalecido, principalmente após o movimento de desregulamentação e financeirização, intensificando a cegueira generalizada da vida em sua esfera privada e individual.

Além disso, há ainda a questão autorregulável do mercado, que possui falhas como as que foram expostas por Malthus em seus *Principles of Political Economy*, como a possibilidade de eventos de superprodução ou excesso de oferta que pedem algum tipo de intervenção ou ajuste governamental.

Por fim, em uma perspectiva tecnológica, que também pode atuar como critério de seleção seja pelo acesso ou pela adaptabilidade, os grupos vão sendo inseridos ou excluídos, podendo ampliar o desenvolvimento de suas potencialidades ou propiciar um estado paupérrimo de subsistência.

Bibliografia

AUGUSTIN, A. C. A farsa das leis de incentivo: o neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. UFRGS, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. 2005. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro : J. Zahar.

COSTA, L. e GERMANO, J. **Conhecimento proibido: a interdição da leitura em regimes políticos autoritários**. Publicado em *Revista inter-legere*. 2013.

GAMBARO, Daniel. **Bourdieu, Baudrillard e Bauman: O Consumo Como Estratégia de Distinção**. IN: Revista Novos Olhares. 2012. Vol.1 N.1. p.19-26.

HAYEK, Friedrich. **Law, Legislation and Liberty**. Londres: Routledge 1998 [ed. Orig.: 48]

_____. **Os Fundamentos da Liberdade**. São Paulo: Visão, 1983 [ed. Orig.: 72]

_____. **New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas**
Londres: Routledge, 1990 [ed. Orig.: 78]

HOBSBAWN, E. J. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LUCENA, C. et al. **F. A. Von Hayek e o conhecimento tácito: uma análise das duas contradições**. Publicado em Revista HISTEDBR On-line. 2010.

PRADO, Eleuterio F. S. **A dialética de Marx e o evolucionismo de Hayek**. In: *Revista da SEP*, 2008, nº 23, p. 26-47.

SAGAN, Carl. **O Mundo assombrado pelos demônios**. Brasil: Companhia de bolso. 2006 [ed. Orig.: 95]

SARTORI, Edimara. **Efeito borboleta ou a vida como caos: causalidade e casualidade em outrora agora**. NEP – UEFS. Rio de Janeiro. 2008.